

Moção C

**MAIS DEMOCRACIA,
MAIS ORGANIZAÇÃO**



A nossa moção eleger dez membros para a Mesa Nacional e dois membros para a Comissão Política na última Convenção e resultou da junção de três plataformas que atingiram objetivos políticos muito além dos esperados.

Para a XII Convenção voltamos a apresentar-nos como uma plataforma local que usa o modo de moção para desenvolvermos melhor as nossas propostas.

Estamos disponíveis, como estivemos em 2018, para conversar com outras moções e plataformas, desde que haja confluência nas questões políticas por nós consideradas essenciais: **mais democracia interna, mais organização, mais Bloco, menos tendências.**

Ao longo do atual mandato da Mesa Nacional estivemos, em geral, em sintonia com a linha política desenvolvida pela direção, que consideramos ter sido a mais adequada. Temos noção daquilo que se espera de um militante bloquista, que apoie o partido no seu trabalho junto do povo e que respeite a linha política que, democraticamente for aprovada nos órgãos.

Não obstante terem sido feitos progressos, persistem motivos para críticas ao funcionamento do Bloco, que continua a ser prejudicado pela agenda das tendências, que são um obstáculo à organização e democracia internas e é para isso que apresentamos esta plataforma/moção.

Esses obstáculos ficaram mais evidentes, a partir do momento em que a dissidência estalinista da UDP decidiu sair da moção A, como consequência de o seu líder ter mostrado um comportamento incompatível com os altos cargos que desempenhava. A partir daí, juntou descontentes de vários quadrantes, para constituir a moção Convergência. Nunca, no Bloco, se foi tão longe na descaracterização de uma moção, o que não surpreende, dada a ausência de um projeto político coerente.

1. MAIS DEMOCRACIA INTERNA

O Bloco de Esquerda precisa de mais democracia interna.

As decisões têm de ser tomadas, depois de ouvidas as bases e não ser apanágio das cúpulas.

A opinião de um aderente sem tendência deve ter o mesmo valor que a opinião de um tendencioso.

Os dirigentes, deputados e funcionários devem ser escolhidos em função da sua capacidade política e devem independe da sua filiação numa tendência.

2. MAIS ORGANIZAÇÃO LOCAL

2.1. Os funcionários do partido não devem limitar-se às suas funções burocráticas e devem participar mais nas reuniões dos organismos locais, concelhios e distritais, no sentido de recolher opiniões e de transmitir a linha política do partido democraticamente aprovada. Se isso for bem feito, contribuirá para atenuar a visão individualista que muitos camaradas têm da política e centrar-nos-á numa visão coletiva, que nos ajudará a crescer quantitativa e qualitativamente.

2.2. O Bloco de Esquerda tem de continuar a deixar de ser um partido parlamentar eleitoralista para ser um partido enraizado nas empresas e nas comunidades. O voto eleitoral é volátil, a organização é consistente e duradoura.



2.3. A energia e o tempo despendidos na organização das tendências devem ser canalizados para a organização local.

3. MAIS BLOCO, MENOS TENDÊNCIAS

Há cerca de vinte anos, duas organizações revolucionárias, uma trotskista e outra leninista, juntaram-se a outros camaradas e fundaram o Bloco de Esquerda.

Cansados de esperar pela Revolução, cada vez mais uma miragem, decidiram flexibilizar a sua tática, adaptando-a ao século XXI, que se abeirava.

Atualmente as duas maiores tendências fundadoras do Bloco, a tendência trotskista e a tendência leninista, embora sejam em número escasso, controlam completamente o aparelho do Bloco de Esquerda.

Os defensores das tendências justificam a sua existência, alegando que ela reflete uma diversidade de opiniões e de ideologias, que são um indício de democracia interna.

A diversidade de opiniões é salutar, mas há um tempo para ela se exprimir, que é o tempo da Convenção. Prolongá-la só pode alimentar o sectarismo e prejudicar o nosso projeto coletivo.

Quanto ao reforço da democracia, qualquer aderente mais atento percebe que a sua voz vale pouco, que são sempre as cúpulas das tendências a decidirem tudo aquilo que importa para o nosso futuro como partido político.

As tendências estão muito bem organizadas, mas apenas focadas em hegemonizar as estruturas do Bloco. Ao invés deveriam estar concentradas na organização local. O Bloco de Esquerda precisa de um sobressalto que o acorde para a realidade. Somos fraquíssimos em termos organizativos e isso impede-nos de chegar às pessoas, que moram nos bairros, nas freguesias, nas cidades e que só conhecem o Bloco através da televisão.

O problema agrava-se quando vemos as tendências representadas pela moção A mais preocupadas na **institucionalização** do Bloco e conseqüente obsessão por cargos, lugares e empregos. Ou seja, a energia que deveria ser usada para desmontar o sistema e acumular forças é desperdiçada em objetivos egoístas e pequeno-burgueses.

Outro aspeto negativo das tendências é a formação do **espírito de capela**. Os membros das tendências perdem autonomia de pensamento e de ação e ficam automaticamente subordinados aos ditames dos seus chefes. Os mais jovens bajulam os líderes, para poderem fazer carreira. Os mais velhos apadrinham-nos, porque precisam de sangue novo para não comprometer o futuro da tendência respetiva.

A moção A alberga a Rede Anticapitalista e a Esquerda Alternativa, bem como algumas «personalidades», em geral sob o manto da Rede Anticapitalista.

A **Rede Anticapitalista**, que tem quadros mais qualificados e carismáticos, define a tática e a estratégia, enquanto a **Esquerda Alternativa** concorda com tudo, desde que receba a sua metade na distribuição de cargos e funções.

Acrescendo a isto, a Esquerda Alternativa encara o Bloco como uma frente de massas, como um instrumento ao seu serviço, mimetizando o velho modelo de Dimitrov. Ou seja, esta tendência funciona como um partido dentro do partido.

Além disso, as tendências, em especial a Esquerda Alternativa, continuam a fazer recrutamento no Bloco de Esquerda, o que constitui um grave atentado à nossa integridade.

Apesar de tudo, é de elementar justiça realçar que tudo o que temos, um Bloco relevante e 3º partido mais representado na Assembleia da República, tudo isso tem muito a ver com o trabalho desenvolvido pelas duas principais tendências. Seríamos ingratos se não reconhecêssemos isso.



Além disso, **enquanto as tendências não acabarem**, é muito importante que nenhuma delas controle completamente o Bloco. Se isso acontecer, então será o fim do Bloco de Esquerda e regressaremos ao tempo dos grupúsculos completamente irrelevantes.

Compete a nós, aderentes sem tendência, lutar contra o statu quo e construir, com o nosso trabalho e com o nosso empenho, uma alternativa credível que eleve o Bloco de Esquerda a um patamar compatível com aquele que o povo espera de nós.

Em relação à última Convenção, **houve uma tendência que implodiu**, a moção M e **há outra que emergiu**, a moção Convergência.

Nesta moção há gente para todos os gostos. Estalinistas, que controlam a tendência Via Esquerda, um ou outro trotskista «invertibrado», «metralhas», sociais-democratas apoiantes de Sampaio da Nóvoa, dissidentes da plataforma Novo Curso, restos das antigas moções B. Em suma, refugo de vários projetos políticos fracassados.

Esta miscelânea de ideologias diferentes determina que se anulem umas às outras, resultando na ausência de um projeto político coerente.

Demonstram falta de coragem política, pois não ousaram apresentar-se na altura própria, na última convenção, em novembro de 2018.

Fizeram tudo ao contrário. Na ocasião de apresentarem uma moção acobardaram-se, para protegerem os seus cargos, depois, quando era preciso fazer campanha eleitoral, estavam a preparar uma moção.

Não têm noção da importância do tempo na atividade política. Que há um tempo para apresentar propostas políticas diferenciadas, que é o tempo da Convenção e depois há um tempo para aceitar democraticamente os resultados da Convenção e, finalmente, juntarmos todos forças para fazer chegar a nossa mensagem à população.

Ao passarem dois anos a fazerem oposição interna, em prejuízo do trabalho político, não estão a fazer oposição interna à direção, estão sim a fazer oposição ao Bloco.

Não têm linha política, antes vão apresentando propostas contraditórias entre si, ao sabor dos seus interesses carreiristas.

Andaram anos a dizerem ser contra as tendências, mas agora assumem ser uma, por sinal a pior de todas.

Foram mais longe que qualquer das tendências entretanto extintas, incluindo a participação em manifestações, como se fossem autónomos do partido a que ainda pertencem.

Não têm pejo em usar as redes sociais e os meios de comunicação social para criticar o Bloco, esquecendo uma regra básica, que as questões internas se discutem internamente. Assim, confundem o eleitorado e a opinião pública, provocando insegurança e falta de confiança.

No **Porto e em Portalegre** têm ou tiveram líderes que ultrapassaram todos os limites da decência. Líderes que atropelaram as mais básicas regras de funcionamento democrático.

Na **Madeira**, tudo fizeram para prejudicar as campanhas eleitorais, para agora poderem assacar as culpas à direção regional. Na sua ânsia de criticarem a direção democraticamente eleita, conseguiram ser apenas instrumentos contra o Bloco de Esquerda da Madeira. Foi notório que, durante a campanha regional, fizeram publicações ofensivas a questionar e a ofender candidatos/coordenador do BE. Eles e o voto útil foram os responsáveis pelos maus resultados do Bloco na Eleições Regionais da Madeira.

4. SOCIALISMO, LIBERDADE E DEMOCRACIA

As tentativas de construção do socialismo, levadas a cabo no século XX, saldaram-se **todas** em fracassos.

Tinham como pilares três conceitos leninistas - vanguarda revolucionária, centralismo democrático e ditadu-



ra do proletariado - que, exponenciados por Estaline, contribuíram para desacreditar a alternativa socialista.

A ditadura do proletariado passou a ser, ainda no tempo de Lenine, a ditadura do partido e, no tempo de Estaline, assumiu-se como ditadura de um homem só.

Do centralismo democrático só foi aplicado o centralismo e a democracia foi completamente esmagada, com o assassinato de milhões de cidadãos inocentes.

Sem democracia, o sistema económico, definido pela vanguarda alegadamente revolucionária, acabou por transformar-se em capitalismo de estado e, posteriormente, em capitalismo selvagem.

Sem democracia, sem contraditório, o poder enquista-se, ignora o povo, toma medidas antipopulares, sem hipótese de ser substituído. Este sentimento de impunidade, proporcionou um nível cada vez maior de prepotência, autoritarismo e arbitrariedade, apanágio das ditaduras que foram florescendo no chamado campo socialista.

Em pleno século XXI, esses três conceitos tornaram-se anacrónicos e foram substituídos por outros três, socialismo, liberdade e democracia. Os três são imprescindíveis e nenhum pode faltar, para podermos credibilizar uma alternativa socialista e anticapitalista.

A Venezuela é um exemplo de uma ditadura alegadamente socialista, mas na realidade não defende os venezuelanos, que fogem aos milhões para escaparem da fome e da opressão.

5. POLÍTICA DE ALIANÇAS

No final de 2020, o Bloco escolheu voluntariamente prescindir de uma parte significativa da sua base eleitoral, em nome da clareza política.

Face a um PS que se tem mostrado defensor intransigente dos interesses da classe dominante, o Bloco viu-se compelido a deixar de suportar um governo que se mostrou indisponível para ceder às exigências populares em áreas muito importantes, designadamente a reversão das medidas impostas pela Troika na legislação laboral e no reforço do SNS.

Mais importante do que saber se esta posição foi tomada no tempo certo ou não, é saber o que iremos fazer, daqui em diante, para recuperar a nossa base eleitoral e ampliá-la.

Não devemos esquecer que o PS, embora não seja socialista, é um partido democrático e antifascista o que, nos tempos que correm, não é despreciando. Por isso, deveremos continuar disponíveis a estar ao lado do PS e de outros partidos democráticos, sempre que estiver em causa a defesa da Democracia e a luta contra o fascismo. Não devemos repetir a velha tática estalinista dos anos 30 do século passado, que considerava os sociais-democratas como inimigo principal, facilitando assim a ascensão do nazi-fascismo.

Por outro lado, devemos reivindicar como nossas as falsas promessas do PS, que diz defender o socialismo, mas na verdade é um defensor do capitalismo. Devemos ser capazes de demonstrar isto em todas as propostas que fazemos e que são rejeitadas pelo PS, precisamente por causa do seu carácter embusteiro.

O apoio do PS a Marcelo nas últimas eleições veio demonstrar uma perigosa aproximação ao centro que vai garantir ainda mais o capitalismo, e validar a nossa decisão na votação do orçamento.

Não podemos ser sectários na defesa das nossas propostas, porque arriscamo-nos a falar sozinhos. Quanto mais extrema é uma proposta política, mais estreita é a faixa popular que a apoia. Não há política popular sem apoio popular e não podemos alienar este apoio para o PS.

Quanto ao PCP, é certo que é um partido de esquerda, com quem temos estado em sintonia em muitas matérias, designadamente na defesa dos direitos dos trabalhadores e dos serviços públicos.

Por outro lado, o PCP tem-se notabilizado por apoiar ditaduras neoestalinistas, como a Coreia do Norte e



China, entre outras. Neste plano, não poderíamos estar mais em desacordo.

Além disso, o PCP mostra frequentemente uma atitude hostil em relação ao Bloco, que não devemos corresponder, mas que não deve condicionar a nossa conduta política.

O PCP evidencia também posições anacrónicas e conservadoras em matérias sensíveis como a eutanásia e as touradas, entre outras.

Em suma, estaremos com o PCP naquilo que temos de estar, estaremos, sem complexos, contra as distopias que ele defende.

Neste momento, O Bloco corre o risco de ficar acantonado. Por um lado, o PCP não quer nada connosco. Por outro, nós não queremos nada com o PS.

Temos de modular a nossa tática e estratégia para evitar sermos vítimas de uma espécie de cerca sanitária, que nos isola dos partidos mais próximos de nós.

6. ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

As eleições autárquicas serão um importante e difícil desafio para este ano.

Sendo eleições muito personalizadas, precisamos de nos apressar nas escolhas dos candidatos que melhor representem as nossas propostas.

Os Núcleos e as Concelhias devem reunir rapidamente para definirem a nossa estratégia para estas eleições, em que precisaremos de concorrer a mais autarquias do que em 2017.

Na escolha dos candidatos devemos ter um duplo cuidado: escolher candidatos conhecidos e reconhecidos pela comunidade e não escolher oportunistas que possam prejudicar a imagem do Bloco.

Em princípio, Bloco deve concorrer com listas próprias, não tomando a iniciativa de propor coligações pré-eleitorais.

Não obstante, se algum dos antigos parceiros da «Geringonça» nos propuser uma aliança pré ou pós-eleitoral, deveria competir à Mesa Nacional ratificar o processo, dando bons ouvidos aos pareceres das Concelhias, Distritais e Regionais, no melhor interesse do Bloco.

Quando uma Concelhia do PS contacta o Bloco para uma aliança eleitoral, poderemos inferir que essa Concelhia do PS é de esquerda, pois, de outro modo, não convidaria o BE. Ao recusarmos liminarmente o convite, estaremos a ser sectários. Deveríamos, pois, aceitar discutir com eles os termos de um possível acordo, sem nunca abdicarmos dos nossos valores de esquerda.

Poderemos apoiar listas independentes, desde que elas mereçam a confiança política das nossas estruturas concelhias e distritais.

Não devemos aceitar nas nossas listas qualquer candidato que esteja inscrito noutra partido.

Nunca poderemos aprovar uma aliança eleitoral com partidos de direita, nem mesmo para eleger os presidentes de Assembleia Municipal, como já aconteceu.

Devemos aproveitar as eleições autárquicas para alargar e aprofundar a nossa ligação às comunidades locais e, também, ampliar a nossa estrutura organizativa.

A invisibilidade e inoperância do Grupo Autárquico são um dos fatores, não o único, do nosso fraco desempenho eleitoral autárquico. Não basta fazer, de quatro em quatro anos, uma Conferência Autárquica, para reafirmar as banalidades do costume. É preciso estar no terreno, propor nomes que alarguem o nosso espectro eleitoral. É preciso definir uma estratégia inteligente, que nos permita aproveitar todos os simpatizantes e



amigos do Bloco, que são esquecidos, quando se trata de escolher os nossos candidatos autárquicos.

Sempre que, no Bloco se cria um grupo de trabalho, as principais tendências avançam em marcha síncrona, numa lógica de ocupação de território. De tal modo, que acabam por se anular uma à outra. Daí não adviria mal de relevo. O problema é que, concomitantemente, anulam todo o trabalho desse grupo.

Se, por distração, o grupo fica livre do controle tendencioso, então as tendências resolvem o problema, esvaziando as funções daquele grupo.

Os problemas organizativos do Bloco não se resolvem com o voluntarismo subjacente aos grupos de trabalho. Resolvem-se com organismos escolhidos com critérios políticos e com os camaradas mais habilitados, independentemente da sua filiação tendenciosa.

7. ECONOMIA SOCIALISTA

A planificação centralizada da economia que, teoricamente, deveria suprir todos os males do capitalismo, na verdade, veio criar outros problemas.

Desde logo porque, em nenhum dos países onde ocorreram revoluções, o capitalismo estava suficientemente desenvolvido para que se desse a transição para o socialismo preconizada por Marx.

As revoluções, ocorridas em fase precoce, não tiveram a capacidade de superar o défice de desenvolvimento económico. Pouco dinamismo, pouca diversidade de produtos, não-satisfação das necessidades básicas do povo, nivelamento por baixo dos rendimentos individuais, não compensaram os benefícios trazidos a nível da saúde e da educação.

Perante a insatisfação popular, os regimes saídos das revoluções foram-se afastando progressivamente da regulação democrática, instaurando mecanismos repressivos, ao mesmo tempo que foram instituindo privilégios para a casta burocrática dirigente.

Todos aplicaram o princípio estalinista da estatização de setores não estratégicos da economia, o que travou o desenvolvimento económico e só contribuiu para o aparecimento de um capitalismo de estado, comandado por uma burocracia reacionária, como são todas as burocracias.

Neste contexto, todos os regimes revolucionários acabaram por regredir para um capitalismo selvagem, pior ainda que o capitalismo ocidental, este último, temperado por muitas medidas sociais, conquistadas pela luta dos trabalhadores.

Neste quadro, as nossas propostas de construção do socialismo devem evitar cometer os erros do passado.

Desde logo, nunca poderemos abdicar da democracia, pois deve ser o povo e apenas o povo a julgar os governos que exercem o poder em nome dele.

As empresas estratégicas e monopólios naturais devem ser/permanecer nacionalizados, designadamente a EDP, GALP, CTT, REN, ANA, PT, RTP, Agência Lusa, TAP, Águas de Portugal, CP, Carris, STCP, Brisa, PPP, CGD e outros bancos intervencionados pelo Estado.

As empresas públicas, bem como o SNS e a Segurança Social, devem ser financiadas de forma adequada, para poderem ser úteis e eficazes.

Nas grandes empresas privadas e públicas nacionais, os trabalhadores deverão deter 30% do capital, não alienável, e correspondentes direitos de gestão.

As empresas privadas produtivas não podem ser extintas por decreto. As empresas produtivas, privadas e públicas, devem concorrer entre si e as empresas públicas devem impor-se pelo seu mérito e não através de medidas administrativas.



Ao Estado caberá, sempre, definir o rumo económico estratégico, bem como zelar pelo cumprimento escrupuloso dos direitos dos trabalhadores, quer sejam eles públicos ou privados.

8. O FLAGELO DOS DESPEJOS

Apesar de nós termos alertado, na anterior Convenção, para este problema, a direção não fez tudo o que podia para o solucionar.

Temos vindo a assistir, nos últimos anos, os bancos a receberem apoio estatal, sempre que estão com problemas financeiros, para depois retirarem as casas às pessoas e as venderem, a preços irrisórios, a off-shores que, em muitos casos, pertencem a políticos corruptos.

Devemos denunciar energicamente esta situação, de modo a proteger as vítimas dos fundos abutres.

Devemos também defender a criação de um fundo público, que fique com os imóveis pelo mesmo valor que os bancos os costumam alienar aos fundos. Esse fundo deve renegociar com os antigos proprietários o pagamento dos valores em débito ou, se estes preferirem, poderão continuar a residir no mesmo imóvel, mediante o pagamento de uma renda social, de acordo com os rendimentos da família.

9. REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA

Os ultrarrevolucionários não gostam de ver o BE a disputar a simpatia popular, que também se manifesta nas eleições, porque isso prejudicaria a pureza ideológica do partido. Talvez prefiram um Bloco a disputar os últimos lugares da invisibilidade e irrelevância, mas sempre de acordo com a «linha justa». Ou seja, a falar para as paredes.

Já os reformistas costumam enredar-se nas suas táticas e acabam por «esquecer» o nosso objetivo estratégico, que é a construção do socialismo.

O que temos de fazer é adaptar a nossa tática e estratégia à realidade existente e fazer tudo o que está ao nosso alcance para contornar os obstáculos, sem nunca perdermos o nosso objetivo estratégico e sem nos deixarmos enredar pelas utopias ultrarrevolucionárias ou pelas panaceias reformistas.

Por outro lado, precisamos de ter a noção que NUNCA uma revolução serviu para derrubar um governo eleito. Portanto, teremos de ter este conceito presente, quando definimos o nosso rumo estratégico.

10. POLÍTICA DE JUVENTUDE

Em relação à juventude, o Bloco apresenta uma situação paradoxal.

Por um lado, temos excelentes votações entre os jovens, por outro lado, temos poucos jovens organizados nas nossas estruturas.

É sabido que o Bloco, ao contrário dos outros partidos, nunca quis ter uma organização de juventude.

Em vez disso, procurou integrar os jovens nos diferentes organismos, em pé de igualdade com os mais velhos.

O problema é que os jovens gostam de conviver uns com os outros, mas não gostam de conviver com os mais velhos e, como no Bloco há muitos aderentes idosos, os jovens tendem a afastar-se do Bloco e procurar, noutros espaços, o convívio com outros jovens.

Na prática, o que vemos é que bastantes jovens aderem ao Bloco, mas a maioria acaba por desmobilizar e passar para a inatividade política.



Nos últimos tempos foi criado um organismo não estatutário designado Grupo dos Jovens, que tem realizado uma atividade intermitente e pouco consistente.

Se, como dizia Marx, «a prática é o critério da verdade», a prática da política de juventude efetuada pelo Bloco nos últimos 22 anos não se revelou a mais acertada e frutífera.

Não podemos dar-nos ao luxo de desperdiçar o enorme potencial que a juventude pode oferecer ao combate político. Temos de trazer este tema para a ordem do dia e debater as melhores formas de ultrapassar este problema.

Todas as propostas são bem-vindas, mas não devemos excluir a hipótese da criação de uma juventude bloquista, especialmente se formos capazes de contornar os defeitos que vemos nas juventudes de outros partidos, ou seja, não é obrigatório que uma eventual juventude bloquista esteja evitada dos vícios que vemos noutras juventudes partidárias, como tarefismo, carreirismo e discriminação dos jovens pelos mais velhos.

11. A QUESTÃO SINDICAL

No último congresso da CGTP, os delegados bloquistas ali presentes, escreveram o seguinte:

«Fomos excluídos da Comissão Executiva, onde estão representadas todas as sensibilidades políticas, católicas e outras, excepto o Bloco de Esquerda.

Nenhum dos delegados teve oportunidade de intervir apesar de todos estarmos inscritos».

Perante isto, pergunta-se:

O que fazem os bloquistas na CGTP?

Ao sujeitarem-se às humilhações infligidas pelo setor do PCP que controla a central sindical, não estão a dignificar a nossa imagem, mas estão a assumir o seu fraco desempenho sindical.

Acresce a isto, a progressiva degradação da CGTP, amarrada ao controle burocrático do PCP, cada vez mais distantes dos interesses e direitos dos trabalhadores, permitindo que a proporção de trabalhadores sindicalizados caísse de 60,8% em 1978 para 15,3% em 2016, dados da OCDE, e dando azo a que setores reacionários invadam o mundo sindical, a reboque do descontentamento dos trabalhadores com a ineficácia dos burocratas.

Devemos investir as nossas energias nas comissões de trabalhadores e, com base nestas, apostar na construção de novos sindicatos, em especial nos setores mais explorados e menos organizados do mundo laboral.

Sendo as comissões de trabalhadores, por natureza, organismos verticais, ou seja, englobam todos os trabalhadores de uma determinada empresa, os novos sindicatos, emanados das comissões de trabalhadores, também devem ser verticais. Traduzindo em casos concretos, por exemplo, as comissões de trabalhadores das empresas de transportes, devem dar origem ao sindicato dos transportes.

Por outro lado, estes sindicatos verticais, depois de formados, irão dinamizar a criação de novas comissões de trabalhadores, estabelecendo assim uma relação dialética entre esses dois organismos.

12. A ASCENSÃO DO FASCISMO

Por toda a Europa e também em Portugal, vemos a expansão de organizações de extrema-direita, que começam a ensombrar o nosso futuro.

Embora a Constituição da República Portuguesa proíba as organizações fascistas, elas vão aparecendo, com a complacência da classe dominante que, historicamente, sempre foi demasiado condescendente com os fascistas, facilitando a sua ascensão.



No estrangeiro, em França com Marine Le Pen, em Itália com Salvini, na Hungria com Orban, na Espanha com o Vox e noutros países, os fascistas vão ganhando força à custa de campanhas antiemigração, antirrefugiados, anticorrupção e atingem cada vez mais expressão nos parlamentos dos respetivos países. Este aumento na expressão eleitoral constitui uma ameaça ao futuro democrático da Europa, que corre o risco de voltar aos nefastos anos 30 do século passado, em que o nazifascismo cresceu exponencialmente, vindo a provocar a segunda guerra mundial.

Entre nós, os fascistas nunca tiveram expressão significativa, dado que muitos portugueses ainda se lembram do tenebroso período salazarista e porque a memória do 25 de abril continua incrustada no nosso inconsciente coletivo e também na nossa consciência política.

Em 2019, o partido fascista Chega conseguiu congregiar apoios entre os grupúsculos fascistas e fazer eleger um deputado fascista ao parlamento português.

Com um deputado eleito, os fascistas passaram a ter palco para amplificarem a sua demagogia, através dos meios de comunicação social e, em especial, através das redes sociais, que eles manipulam usando um exército de trolls.

Mais recentemente, o líder do partido fascista teve um resultado elevado nas eleições presidenciais, enquanto os candidatos de esquerda tiveram um resultado dececionante.

Muitos reacionários, demasiados, saíram das tocas do CDS e do PSD e assumiram-se como fascistas, como sempre foram. Ou seja, o candidato fascista subiu mais à custa dos fascistas que estavam nos partidos de direita e menos porque o seu número tenha aumentado.

Os fascistas portugueses insistem particularmente no combate à corrupção como uma arma de arremesso contra a Democracia, fingindo que são campeões no seu combate. Mas a realidade tem-se encarregado de desmascará-los, pois praticamente todas as semanas surgem notícias sobre a corrupção dos seus dirigentes, assinalando a sua notável hipocrisia: pregam o combate à corrupção, mas praticam-na.

Se não podemos contar com a burguesia para travar as forças fascistas, teremos de buscar em nós as forças para lhes opor.

Desde logo, fazendo um combate firme á sua agenda racista, xenófoba e discriminatória, mas também desmontando a sua demagogia, quando defendem bandeiras caras à população, como por exemplo o combate à corrupção. Não podemos entregar-lhes essa bandeira, é fácil explicar às pessoas que a corrupção é inimiga da Democracia e que nós estamos na primeira linha ao seu combate.

Sabemos que os movimentos fascistas usam o populismo para manipularem grupos vulneráveis, usando-os para se promoverem politicamente, quando na verdade é contra esses grupos que fazem a sua política.



SUBSCRITORES

Américo Campos	Porto	A9572
Américo da Silva	Porto	A11122
Andreia Rodrigues	Porto	A10409
António Ferreira	Porto	A11123
Bruno Ismael Silva	Porto	A12179
Cidália Rocha	Porto	A10908
Dirceu Graça	Porto	A12272
Egídio Fernandes	Madeira	A7350
Fernando Moreira	Porto	A10146
Fernando Oliveira	Porto	A10649
Heitor Santos	Porto	A14235
Jaime Santos	Porto	A10152
Joaquim Lealto	Porto	A10952
José Manuel Freitas	Porto	A14826
Luís Gabriel Campos	Porto	A10159
Luísa Santos	Madeira	A13537
Manuel Campos	Porto	A11124
Manuel Moreira	Porto	A11446
Maria Elisa Brito	Porto	A14008
Maria Rocha	Porto	A11104
Miguel Gaspar	Porto	A15407
Mónica Ferreira	Porto	A10384
Paulo Santos	Porto	A10901
Paulo Micael Santos	Porto	A10979
Paulo Teles Silva	Porto	A170

